



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2022/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SEDUC/RO

PROCESSO Nº: 0029.548634/2021-63

OBJETO: Reforma geral da E.E.E.F. DURVALINA ESTILBEN DE OLIVEIRA, localizada no município de Guajará-Mirim -RO.

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 9 de 17 de Janeiro de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TOMAZELLI SERVIÇOS EIRELI. DA RECORRENTE:** a empresa recorrente foi declarada INABILITADA em ata datada dia 12.05.2022, por **não ter apresentado a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, prevista na alínea f) do item 16.1 do Edital. Inconformada com a decisão proferida pela Comissão de Licitação**, a empresa recorrente alega que ao inabilitá-la a Comissão "*[...] feriu os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, bem como aplicou interpretação divergente ao disposto no edital.*", que "*[...] exigir como forma de habilitação Jurídica a simples declaração, não pode ser considerado motivo de INABILITAÇÃO, tal decisão é exclusiva da empresa contratada [...]*". Ainda que, na declaração apresentada na página nº 115 da sua documentação de habilitação, a empresa recorrente se compromete caso vencedora que contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos, atendendo assim o objetivo da mesma que é a disponibilização para caso haja uma futura contratação, onde enseja sobre serviços ainda não pactuados. Por fim, a empresa dispõe "*[...] não parece cabível e nem justificável que seja feita a exigência em edital da cota para presos e egressos do sistema prisional para obras de engenharia, motivo pelo qual a licitante optou por considerar desclassificada a participante, sem apresentar ao menos estudos que comprovem que será possível o fiel cumprimento do disposto em edital, sem prejudicar a futura contratação [...]*". **DO PEDIDO:** Requer que a Comissão dê provimento ao recurso interposto, reformando a decisão anteriormente proferida em ata do dia 12.05.2022, habilitando-a no presente certame. Expirado o prazo para interposição de recurso, a Comissão de Licitação concedeu o prazo para Contrarrazões, sendo que nenhuma empresa manifestou o respectivo interesse. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu manter a decisão proferida na sessão de do dia 12.05.2022, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93. Considerando que empresa recorrente **TOMAZELLI SERVIÇOS EIRELI** foi inabilitada por **não ter apresentado declaração da SEJUS, descumprindo o exigido no item 16.1 alínea "f" do edital**, e em sua a defesa afirmar que a declaração exigida no Anexo XI, supre

a declaração exigida no item 16.1 alínea “f” do edital, ou que a emitida pela SEJUS-RO deva ser apresentada somente pela empresa declarada vencedora não procede, senão vejamos:

"16.1- DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

f) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;"

Essa é uma exigência editalícia. Mesmo sob as alegações de que tal exigência não está amparada pela Lei 8.666/93, ela está regulamentada por Decreto Estadual que regulamenta a **Lei Estadual nº 2.134/2009**. Das 05 (cinco) empresas que participam do certame, apenas a empresa recorrente deixou de apresentar o referido documento. O que deve ser destacado, sua emissão é gratuita, de fácil acesso, obtida na própria sede SEJUS/RO localizada no Palácio Rio Madeira, Av. Farquar, 2986 - Edifício Rio Cautário - 4º andar - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-976. A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o prisma “dois pesos e uma medida”. Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do edital **DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO**, o instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação (art. 41 da Lei 8.666/93). Em outras palavras, pode se dizer que, “nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório.”. Como bem destaca Fernanda Marinela: O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no art. 41 da lei.

"Art. 3º da Lei 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

O texto legal prima pela vinculação ao instrumento convocatório como forma de proteger os licitantes de decisões discricionárias dos agentes públicos e garantir a lisura nos processos. Nesta seara, a Comissão de Licitação mantém a decisão proferida em Ata do dia 12.05.2022, mantendo **INABILITADA** a empresa **TOMAZELLI SERVIÇOS EIRELI** e **HABILITADAS** as empresas **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA - EPP**, **CONSTRUTORA JEP CONSTRUÇÃO E PROJETOS CIVIL LTDA**, **CONSTRUTORA TABAPUÃ LTDA - EPP** e **GARRA COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, aos trinta e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às dez horas.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 31/05/2022, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 31/05/2022, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 31/05/2022, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0029214125** e o código CRC **FBEC5C01**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0029.548634/2021-63

SEI nº 0029214125